

Eleição Municipal de Aracaju - 2016

Prefeito: **Edvaldo Nogueira**

Vice: **Eliane Aquino**

Reconstruir e Avançar

Apresentação

Aracaju tem condições de voltar a ser uma cidade de qualidade de vida e feliz. Uma cidade bonita, limpa, moderna, tranquila e inovadora. Com seus 161 anos, Aracaju é uma cidade jovem, com um povo progressista e acolhedor.

As forças conservadoras conquistaram a Prefeitura de Aracaju e iniciaram um processo de desconstrução da cidade, eliminando as conquistas do período progressista, implantando o retrocesso em todos os terrenos.

Ou a cidade retoma o caminho do desenvolvimento ou continua degradando toda a vida social. A realidade hoje desafia as forças políticas a enfrentar os problemas acumulados pela inoperância da atual gestão e a encontrar soluções inovadoras e exequíveis para os novos problemas.

É urgente tirar a cidade do retrocesso e oferecer a nossa população o direito a uma vida digna. Nosso compromisso maior é devolver a qualidade de vida a nossa querida cidade.

Esta candidatura é nossa mensagem de esperança de que Aracaju voltará a ser feliz.

Eixos programáticos

Esta candidatura assume compromissos através de um vasto conjunto de propostas, seguindo os seguintes eixos programáticos:

- a) Gestão ética, democrática e eficiente
- b) Desenvolvimento sustentável
- c) Participação popular e controle social
- d) Políticas sociais e afirmação de direitos
- e) Cidade inteligente, humana e criativa

Eixo 1

Gestão Ética, Democrática e Eficiente

Um dos principais desafios da administração pública em todos os níveis é ampliar a capacidade gerencial e transformar a relação entre Estado e sociedade, visando prestar serviços e promover políticas públicas capazes de suprir as demandas dos cidadãos.

Para isso é preciso garantir a dimensão estratégica no planejamento de ação governamental, de modo que o governo cumpra os objetivos previstos, metas e prazos. Isso deverá ser perseguido através da institucionalização de processos de planejamento, monitoramento e avaliação da gestão de modo a provocar mudança cultural no cotidiano das diversas áreas da administração pública.

Uma gestão eficiente deve buscar atingir os resultados esperados, cumprindo as diretrizes, metas e compromissos assumidos, fazendo o máximo possível, da melhor forma possível e com o menor gasto de recursos possível.

A criação de um ambiente ético, de respeito e de confiança em relação aos servidores públicos, propicia o resgate da autoestima, reconhecendo-os como profissionais que desenvolvem um trabalho importante na promoção da cidadania. Sua maior profissionalização passa pelo estabelecimento de novas formas e rotinas de trabalho; pelo desenvolvimento, avaliação e valorização de competências para o trabalho; e pela valorização dos que inovam na execução de políticas públicas.

O uso intensivo e apropriado da Tecnologia da Informação permite que sejam implantados modelos de gestão eficientes, efetivos e democráticos com objetivo de facilitar o acesso à informação e aos serviços públicos, buscando transparência e controle social.

É imprescindível a integração das políticas setoriais, com revisão e fortalecimento da estrutura administrativa do governo, dos processos e métodos de gestão, buscando racionalidade administrativa, descentralização de responsabilidades e integração das políticas setoriais, subordinadas às diretrizes políticas comuns a toda a gestão.

Eixo 2

Desenvolvimento Sustentável

Desenvolvimento local sustentável compreende a articulação das dimensões social, ambiental e econômica, visando garantir a preservação da vida e dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras. Isso implica na perspectiva de que os ganhos e benefícios do crescimento econômico sejam apropriados por toda a população. Por outro lado, o desenvolvimento econômico e a inclusão social não devem acarretar em desequilíbrio ecológico ambiental e nem destruir os recursos naturais.

Sustentabilidade é condição estratégica para garantir o direito à cidadania e superar a pobreza, a violência e as desigualdades. O desenvolvimento da economia, com o uso de tecnologias sociais, ganha uma conotação que não traz só crescimento, mas também alavanca aquelas outras condições.

O município muito pode e deve fazer para induzir o desenvolvimento local. É de sua responsabilidade dialogar com todos os setores da sociedade e promover o diálogo entre todos os agentes econômicos, setores produtivos, segmentos sociais e os setores excluídos e, além destes, com outras instâncias políticas e com os governos da região para encontrar as possíveis formas e instrumentos que impulsionem o desenvolvimento sustentável.

A promoção da economia solidária, do cooperativismo, da inclusão produtiva, do empreendedorismo e o apoio ao microempreendedor individual e à micro e pequena empresa, sob a perspectiva da sustentabilidade, são a base para a construção de uma política de desenvolvimento capaz de garantir emprego e renda para os aracajuanos.

Eixo 3

Participação Popular e Controle Social

Participação popular e controle social são conquistas obtidas a partir de demandas dos movimentos sociais e outros setores da sociedade organizados em torno da luta por direitos e melhores condições de vida. Os governos populares de Aracaju – sobre lideranças dos partidos progressistas - são reconhecidos por implantarem canais institucionais de participação popular, introduzindo novas formas de relação entre governo e sociedade ao adotar a prática de diálogo com os movimentos sociais, historicamente excluídos pelos governos dos processos de tomada de decisões.

A participação popular e cidadã tem que vir acompanhada de mecanismos de controle social, ou seja, o monitoramento, pela sociedade – preferencialmente organizada e institucionalmente reconhecida -, dos processos políticos, administrativos e financeiros da gestão pública, especialmente das políticas públicas, desde sua elaboração, passando pela execução, avaliação e replanejamento. Trata-se de fortalecer, ao mesmo tempo, o papel do Estado e da sociedade.

Os canais de participação são diversos, institucionalizados ou não, tais como conselhos, comitês, fóruns, orçamento e planejamento participativo, que devem ser respeitados e apoiados em suas atribuições e decisões.

O advento e a disseminação da Internet favorece a criação de um novo e eficaz canal de comunicação e interação entre o cidadão e a administração municipal, capaz de potencializar a gestão participativa, aumentando o protagonismo do munícipe enquanto agente apto a colaborar, criticar, sugerir e atuar na gestão e, mais ainda, na formulação e no acompanhamento de políticas públicas.

O cumprimento das leis de transparência, sobretudo quanto à publicação na Internet dos dados da gestão, é um desafio a ser vencido, revertendo o cenário atual que coloca Aracaju na 26ª posição dentre as 27 capitais, segundo o Ranking Nacional da Transparência do MPF divulgado em junho último.

Eixo 4

Políticas Sociais e Afirmação de Direitos

Políticas sociais são um conjunto de concepções, objetivos e ações coordenadas e contínuas de governo, realizadas em áreas específicas voltadas ao atendimento de necessidades sociais em diversos campos. Fazem parte das responsabilidades do governo e são regidas por legislações, diretrizes conceituais, normas técnico-operativas, planejamento, avaliação e provisão orçamentária.

Neste eixo englobam-se as políticas públicas de Educação, Saúde, Assistência Social, transferência e redistribuição de renda, Direitos Humanos, abastecimento e segurança alimentar, Cultura, lazer, Esporte, inclusão digital; e ações afirmativas visando a igualdade de gênero e étnico-racial, e a liberdade de orientação sexual e religiosa.

As políticas sociais envolvem diferentes graus de responsabilidades a serem assumidos pelos governos e pela sociedade, sem perder de vista a primazia do Estado na condução da sua implantação. Por serem tais políticas expressão de direitos, devem ser implementadas de forma democrática e planejada, visando contribuir para o enfrentamento da exclusão e das desigualdades sociais, para que a participação popular e cidadã e o controle social se efetivem e, ainda, para impulsionar o desenvolvimento sustentável.

As diversas faces da heterogeneidade e da pluralidade que compõem e caracterizam a sociedade brasileira abarcam também as diferenças de gênero, raça e geracionais, de orientação sexual e de capacidades. O reconhecimento destas diferenças e dos violentos processos de discriminação, que dão suporte e aprofundam

as desigualdades, explica e sustenta a necessidade das diversas propostas de políticas sociais reparadoras e ações afirmativas.

Eixo 5

Cidade Inteligente, Humana e Criativa

O conceito de cidade inteligente e humana é uma evolução das primeiras iniciativas de implantação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação nas cidades, que as transformaram em cidades digitais ou conectadas. As cidades inteligentes dão um passo além: elas integram todas as soluções tecnológicas disponíveis e, principalmente, incluem nesse processo o cidadão, propiciando condições para que ele atue como co-criador de soluções e serviços.

Em outras palavras, uma cidade inteligente e humana utiliza a Tecnologia da Informação para resolver problemas sociais, econômicos e ambientais, com o objetivo de gerar bem estar social e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Uma cidade inteligente é, naturalmente, uma cidade moderna que se concentra na infraestrutura de comunicações, mas também sobre a eficácia dos seus sistemas e serviços para criar um ecossistema colaborativo entre cidadãos, empresas e instituições.

Uma cidade inteligente também é definida como um território que traz sistemas inovativos e tecnologia dentro da mesma localidade. O Fórum de Comunidades Inteligentes desenvolveu uma lista de indicadores que criam um quadro conceitual para a compreensão de como as comunidades e regiões podem ganhar vantagem competitivas na economia de hoje, que pode ser chamada de Economia da Banda Larga. Para se ter uma cidade inteligente é necessário combinar: (1) oferta ampla de banda larga para espaços públicos, empresas, prédios governamentais e residências; (2) educação, treinamento e força de trabalho eficazes para oferecer trabalho do conhecimento; (3) políticas e programas que promovam a democracia digital, reduzindo a exclusão digital, para garantir que todos setores da sociedade e seus cidadãos se beneficiem da revolução da banda larga; (4) inovação nos setores

público e privado e iniciativas para criar agrupamentos econômicos e capital de risco para apoiar o desenvolvimento de novos negócios; e (5) marketing do desenvolvimento econômico efetivo que alavanque a comunidade digital, para que ela atraia empregados e investidores talentosos.

As cidades inteligentes evoluem na direção de uma forte integração de todas as dimensões da inteligência disponíveis em uma cidade. A potencialização da inteligência, inventividade e criatividade dos indivíduos que vivem e trabalham na cidade permite que surja a cidade criativa, que agrega os valores e desejos da nova classe criativa, constituída pelo talento e conhecimento de cientistas, artistas, empresários, capitalistas de risco, além de outras pessoas criativas, que têm enorme impacto na determinação de como é organizado o espaço de trabalho e, portanto, se as companhias vão prosperar, e se a cidade vai se desenvolver ou não.

As cidades estão cada vez mais desempenhando um papel fundamental na mobilização da criatividade para o desenvolvimento econômico e social: as cidades abrigam toda a gama de agentes culturais em toda a cadeia da indústria criativa, a partir do ato criativo de produção e distribuição; no terreno fértil para *clusters* criativos, as cidades têm um grande potencial para explorar a criatividade, podendo mobilizar esse potencial de impacto global; as cidades são pequenas o suficiente para afetar indústrias culturais locais, mas também suficientemente grandes para servir como portais para os mercados internacionais.

Temas

As diretrizes e ações propostas pela candidatura Edvaldo-Eliane seguem dispostas nos seguintes temas:

- Educação
- Saúde
- Segurança Pública Municipal
- Infraestrutura, Serviços Urbanos e Meio Ambiente
- Mobilidade Urbana
- Cidade Inteligente, Humana e Criativa
- Assistência Social e Direitos Humanos
- Segurança Alimentar e Nutricional
- Inclusão Produtiva e Geração de Emprego e Renda
- Desenvolvimento Econômico
- Turismo
- Planejamento, Gestão e Participação
- Cultura
- Políticas par as Mulheres
- Juventude, Esporte e Lazer
- Política de direitos

Educação

Diretrizes e ações propostas:

1. Universalização do acesso e da permanência na educação infantil e no ensino fundamental, com ênfase na política de ampliação da escolarização média da população através da educação de jovens e adultos.
2. Estabelecimento de espaços de diálogo permanente (semestrais) com a comunidade escolar para discussão, elaboração e execução do orçamento da Secretaria Municipal de Educação, visando a melhoria da qualidade da educação pública.
3. Garantia imediata do retorno da Gestão Democrática, ampliando os espaços deliberativos das políticas públicas educacionais através do Congresso Municipal de Educação, que deve se realizar a cada dois anos, com ampla participação da comunidade escolar.
4. Garantia do reajuste anual do piso salarial para todos os professores e professoras, conforme percentual definido nacionalmente de acordo com a lei 11.738 de 2008; respeito ao Projeto Político-pedagógico das escolas com política de financiamento a partir das demandas reais e de acordo com o orçamento anual de cada unidade de ensino, e monitoramento sistemático a partir do ordenamento jurídico da educação pública.
5. Garantia de aplicação do percentual mínimo de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, atualmente em 25%, conforme determinam a Constituição Federal e demais legislações educacionais.
6. Acompanhamento, de modo participativo, do Plano Municipal de Educação, garantindo a sua avaliação periódica pelos agentes da comunidade escolar.

7. Articular-se de forma permanente com as políticas sociais das áreas da Assistência Social, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer, Segurança Alimentar, Meio Ambiente, Comunicação, Saúde e Segurança.
8. Implementar políticas de formação inicial e continuada para os profissionais da Educação, contemplando a consciência do indivíduo diante da natureza e do ambiente voltado à sustentabilidade, à promoção da igualdade de gênero, étnico-racial e à formação em Direitos Humanos, na perspectiva de resolução de conflitos sem o uso da violência.
9. Realizar, de forma alternada, conferências e congressos de educação, sendo que o congresso, a cada dois anos, seja a instância deliberativa da educação municipal.
10. Promover políticas públicas para diminuir os índices de distorção idade-série e de pessoas não alfabetizadas em bairros com maiores taxas.
11. Adequar e ampliar as dependências das escolas municipais, equipando-as com bibliotecas adequadas e com acervo suficiente e compatível com os anos de escolaridade, com sala para leitura, sala para diretoria, sala para os professores, sala para atendimento especial, sanitário dentro do prédio da escola, Internet em banda larga e dependências acessíveis aos portadores de necessidades especiais.
12. Criar um Sistema Integrado de Gestão que possibilite a pais, alunos, professores e gestores, o acompanhamento do desempenho dos alunos e da rede.
13. Criar parceria permanente com as universidades para formação continuada, pesquisa e produção pedagógica.
14. Elaborar um programa que contenha nova proposta pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental.
15. Estabelecer convênio com as Universidades e Faculdades para que os estudantes, enquanto estagiários, possam auxiliar os docentes da educação infantil e do 1º ao 5º ano.
16. Incorporar a Recomendação Conjunta 001/2016 - PRE, MPF e MP/SE na consecução das políticas públicas da educação.

Saúde

Diretrizes e ações propostas:

Atenção Primária à Saúde

- a) Assegurar a atenção primária como efetiva coordenadora do cuidado e da Rede de Atenção à Saúde (RAS).
- b) Ampliar a cobertura e qualificação da assistência em APS, incorporando os incentivos financeiros e técnicos do Ministério da Saúde através da proposta de expansão das Residências de Medicina Geral de Família e Comunidade, Multiprofissional, dos Programas de Provimento (Mais Médicos e PROVAB) e Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde, que implementam a verdadeira integração ensino-serviço, trazendo as instituições formadoras como apoiadoras e participantes da implementação da política de saúde municipal.
- c) Ampliar as Equipes de Saúde Bucal (ESB), equiparando, se possível, às Equipes de Saúde da Família (ESF), garantindo cobertura suficiente da população e responsabilização das áreas pelas ESB, as quais poderão garantir as ações de prevenção e vigilância à saúde no território, comprovadamente impactante na condição de saúde bucal das pessoas.
- d) Implantar o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), software gratuito desenvolvido pelo Ministério da Saúde ou correlato, que permita agilidade na coleta de informações essenciais para o planejamento e comunicação em saúde, organização de agenda e controle de insumos nas unidades.
- e) Retomar o acolhimento como forma de ampliação e qualificação do acesso da população aos serviços de saúde.
- f) Reorganizar o processo de trabalho, buscando a eficiência no cuidado prestado e, junto com a educação permanente e através da

recomposição da estratégia de apoio institucional, dialogar com as equipes em busca da implementação de uma rede cuidadora e eficiente, planejando o trabalho de forma a melhorar indicadores de saúde e a satisfação dos usuários.

- g) Ampliar a resolutividade das redes prioritárias, através da implantação efetiva das políticas voltadas aos grupos prioritários (materno-infantil, idoso, doenças crônica, reabilitação etc), implantando como estratégia o investimento em linhas-guia (espécie de protocolos mais adaptados às especificidades), teleconsultoria, matriciamento e discussão de casos em equipe.
- h) Fortalecimento dos NASF (Núcleos de Apoio à Saúde da Família).
- i) Recuperar a estrutura física, captando recursos para melhorias e informatização e recuperando os recursos alocados para Aracaju referentes a editais do MS (reforma, ampliação, construção e informatização de UBS).
- j) Implantar o **Telessaúde Brasil-Redes** integrado ao Sistema de Regulação como forma de ampliar a resolutividade da atenção básica, evitando encaminhamentos desnecessários para outros pontos da rede de saúde e analisando as principais dúvidas dos profissionais, orientando a educação permanente para ajudar a saná-las.
- k) Implantar o programa **Melhor em casa** com vistas ao atendimento domiciliar de pacientes acamados e que demandem procedimentos como oxigenoterapia, sondagens, gastrostomias, entre outros.
- l) Fortalecimento do programa **Consultório de Rua** e integração aos demais níveis de atenção.

Rede Ambulatorial Especializada e Regulação

- a) Integrar com os demais níveis de atenção, de forma que suas ofertas possam compor uma linha de cuidado continuado.

- b) Implantar modelo de organização do cuidado de pacientes crônicos, a exemplo do Care Model (Maccoll Institute for health Care Innovation) que contemplem: organização da atenção em linhas de cuidado, estratégias de suporte as decisões clínicas (à semelhança da telemedicina/telessaúde), autocuidado apoiado (treinamento para pacientes e familiares) e interface com recursos da comunidade.
- c) Acessar o Prontuário Eletrônico do Paciente, integrado à rede básica, possibilitando que médicos e pacientes possam ter acesso ao exames e pareceres na unidade de saúde à qual estão vinculados, sem a necessidade de busca de resultados.
- d) Recompôr a equipe de gestão com quadros com a devida competência técnica em cada área e com capacidade de gestão para construir um sistema eficiente.
- e) Ampliar a capacidade instalada do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), que é tipo III e deveria ter sete equipes odontológicas em funcionamento pelas cinco especialidades que o compõem, segundo exigência do MS, ou seja, legalizar a situação para a qual foi habilitado, além de implantar mais um CEO na zona sul da cidade, cuja população já necessita.
- f) Realizar levantamento epidemiológico para diagnóstico da atual situação de saúde bucal da população de Aracaju e, posteriormente aos investimentos, comparar os avanços e desafios; este levantamento pode ser realizado de maneira simples, sem grandes gastos e com métodos já utilizados pela OMS, por exemplo, que abrangem uma grande quantidade de informações necessárias para o planejamento e a avaliação de políticas públicas na área.
- g) Implantar, de fato, o atendimento odontológico ao paciente com deficiência (PcD) em nível hospitalar, ao qual o Hospital Universitário/UFS foi habilitado como referência pelo MS, com garantia de custeio, embora a atual gestão tenha diminuído sua capacidade de produção, ao ponto de não atingir nem 5% da meta proposta, o que pode resultar na perda da habilitação.

Rede de Urgência e Emergência

- a) Desprecarização dos contratos do corpo clínico, seja por concurso ou por processo de seleção pública.
- b) Desenvolver e implantar protocolos assistenciais ;.
- c) Finalizar e aprimorar a implantação da classificação de risco.
- d) Investir na melhoria da estrutura física, mobiliário e equipamentos das duas unidades hospitalares, adequando-as às exigências da Vigilância Sanitária e preparando-as para plena implantação do cuidado direcionado pela classificação de risco (separação das áreas verde/azul, amarela e vermelha).
- e) Acessar o Prontuário Eletrônico do Paciente com comunicação com os demais pontos da rede, de modo que um usuário terá sua informação de saúde disponível para qualquer médico que realize seu atendimento, qualificando o seu cuidado.

Saúde Mental

- a) Reorganizar a rede na lógica da integralidade e dos princípios da Reforma Psiquiátrica e luta antimanicomial, articulando-a com demais redes assistenciais e setores.
- b) Retomar a estratégia de supervisão das equipes e apoio institucional com educação permanente e discussão de projetos terapêuticos em equipe.
- c) Remontar as ações em rede e ampliar a autonomia das equipe na clínica compartilhada.
- d) Discussão em conjunto de casos clínicos complexos, envolvendo para tal a equipe do CAPS , o apoio matricial e a regulação de leitos integrais em CAPS e hospitais.
- e) Construção coletiva de protocolo de urgência mental, leitos de CAPS e ações no território.
- f) Integrar as ações de atenção aos usuários de drogas: projeto Consultório de Rua, programa de Redução de Danos, UAA, CAPSad, Urgência Mental, Serviço Hospitalar de Referencia AD.

- g) Incentivar o protagonismo dos familiares e usuários de saúde mental nos conselhos locais, municipal e estadual de Saúde, para a defesa e garantia dos direitos das pessoas com transtorno mental.
- h) Propor campanhas intersetoriais em locais de uso de risco de drogas a fim de ofertar ações de redução de danos e cuidados com a saúde.
- i) Garantir políticas de moradia e trabalho para a reinserção social dos usuários de CAPS com transtorno mental e uso de drogas.
- j) Recuperar a estrutura física dos CAPS, garantindo ambiência adequada segundo os padrões do Ministério da Saúde.

Educação Permanente e Gestão do Trabalho

- a) Retomar a política de Educação Permanente articulada com a produção da política municipal de saúde: recuperar o seu espaço físico, coletivo gestor e instituir espaços que transformem os desafios cotidianos da assistência e gestão em demandas pedagógicas a serem respondidas.
- b) Recuperar o apoio institucional para às equipes e trabalhadores das diversas redes - aproximar as ações de educação permanente aos serviços.
- c) Utilizar a estratégia do **Telessaúde Brasil-Redes** de forma a dialogar com as necessidades de atualização dos trabalhadores, implantando a segunda opinião formativa (com o apoio de especialistas e instituições formadoras) e cursos de tele-educação, de forma que possamos ter processos de formação desenvolvidos dentro das unidades e diminuído a necessidade de deslocamentos dos trabalhadores, podendo ser feito em larga escala e em meio virtual.
- d) Retomar a relação de parceria com os trabalhadores de saúde, para que possam retornar a sua condição de participantes do processo contínuo de construção do SUS em nosso município.
- e) Gerir o processo de integração ensino-serviço, potencializando o papel das instituições formadoras na prestação de serviços e qualificação do cuidado.

Planejamento, avaliação e qualificação dos serviços de saúde

- a) Investimento na consolidação de uma cultura institucional de avaliação e monitoramento.
- b) Facilitar o acesso aos indicadores de saúde municipais, de modo a contribuir para o controle social, por meio de mecanismos da Web, bem como para a avaliação permanente das ações desenvolvidas nos serviços de saúde.
- c) Monitorar periodicamente os indicadores de saúde municipais junto às equipes de saúde, por meio de programas específicos (Ex.: Rede Cegonha, PMAQ etc).

Controle Social

- a) Reafirmar todas as instâncias de controle social como espaços democráticos de participação do povo, uma vitória histórica que precisa ser preservada e respeitada.
- b) Reavivar o contato com o Conselho Municipal de Saúde e com os movimentos sociais, de forma que população compreenda e acredite no seu papel fundamental na gestão do sistema de saúde, na formulação das políticas de saúde, participando da gestão, propondo mudanças etc.
- c) Ampliar os espaços democráticos de interlocução e participação popular.
- d) Retorno da Militância no SUS e democratização das instâncias de Controle Social, com possibilidade de participação de todos.

Atenção Materno-infantil (Rede Cegonha)

- a) Efetivar o que está previsto na Política Nacional da Rede Cegonha de garantia de assistência à mulher e à criança visando à melhoria dos indicadores de mortalidade materna e infantil.
- b) Concluir a construção e garantir o funcionamento da Maternidade Municipal nas bases da política nacional de humanização da assistência ao parto e nascimento.

Estruturação de uma Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência

- a) Realizar censo da população com deficiência e necessidades especiais, de forma a mapear as suas necessidades e inserí-las nas ofertas existentes.
- b) Intensificar as ações do Centro Especializado em Reabilitação (CER) II / (Serfismo), hoje voltado para deficiência intelectual (DI) e deficiência motora (DM); CER IV: em fase de construção e a ser mobiliado com recursos do Banco Mundial.
- c) Incorporar o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) ao cuidado deste grupo populacional na atenção primária.
- d) Construir interface entre as diversas áreas da administração municipal que tratam do tema, através de um fórum permanente de pactuação das políticas.
- e) Regulamentar e melhorar o transporte social para os usuários com dificuldades de locomoção em tratamento de saúde.

Saúde do Idoso

- a) Desenvolver programas e protocolos de atenção a este grupo etário e implantá-lo em todas as redes e serviços.
- b) Construir interface entre as demais áreas da administração que tratam do tema, de forma a ofertar ações integradas voltadas para este grupo etário e família, a exemplo da Assistência Social, Esporte e Lazer e Cultura, com ações de apoio às manifestações artísticas peculiares e adequadas a esta população.

Doenças crônicas e não transmissíveis

- a) Atuar nos fatores de risco para doenças crônicas, como sobrepeso, tabagismo e sedentarismo.
- b) Fortalecer e ampliar o programa **Academia da Cidade**, com a incorporação novas modalidades esportivas a fim de difundir o conceito de cidade saudável; a estratégia de orientação nutricional em grupo; o desafio **Cidade Saudável**, onde os moradores poderão ser instigados com metas de perda de peso e abandono do tabagismo e sedentarismo; e a busca de parcerias com o setor privado.

- c) Associar este movimento com "viradas" esportivas e culturais, buscando criar uma consciência coletiva de qualidade de vida e cuidados com a saúde.

Combate às doenças emergentes e negligenciadas

- a) Aprimorar a vigilância ambiental para o controle de endemias como as arboviroses (Dengue, Zika e Chikungunha).
- b) Garantir assistência integral para os casos agudos e crônicos de Dengue, Zika e Chikungunha, com assistência às famílias atingidas pela microcefalia.

Segurança Pública Municipal

Diretrizes e ações propostas:

1. Assegurar prioridade às ações de prevenção, promoção da cidadania e controle social, reforçando a prática do policiamento comunitário, priorizando áreas com altas taxas de violência, promovendo a melhoria da infraestrutura local, adequadas condições de trabalho policial, remuneração digna e a formação nas áreas de Direitos Humanos e Mediação de Conflitos.
2. Criar o Gabinete de Resolução de Crises: composto de representantes da GMA, da Emsurb, da Emurb, das Secretarias de Educação, Saúde e Fazenda, e dos Conselhos Tutelares; de caráter permanente, operacional e itinerante; com atuação nas comunidade, ouvindo as reivindicações, solucionando problemas, encaminhando as soluções e produzindo relatórios para reuniões periódicas com o Prefeito, no intuito de supri-lo de informações atualizadas, que o ajudarão nas tomadas de decisão; coordenado pelo secretário da área a quem caberá acompanhar e garantir o atendimento das demandas.
3. Criar o Conselho Municipal de Segurança Pública, com ampla representação da sociedade, a quem caberá a elaboração e o acompanhamento da execução do Plano Municipal de Segurança Pública.

4. Dividir a cidade por áreas de atuação (de preferência coincidindo com as áreas de Delegacias e Companhias de Polícia Militar), priorizando o trabalho preventivo e comunitário, e promovendo o reconhecimento entre os guardas municipais e a comunidade.
5. Realizar curso de mediação de conflitos para todo o efetivo da GMA.
6. Promover a integração da GMA com os agentes de segurança estadual, para atividades conjuntas de cunho preventivo e reforço nas necessidades repressivas.
7. Alocar o efetivo da GMA, evitando o desvio de função, observando a prioridade absoluta de proteção ao cidadão.
8. Cuidar do espaço público, protegendo-o para o uso recreativo e cultural dos cidadãos.
9. Apoiar equipes de política de redução de danos, e de saúde preventiva nas ruas.
10. Em parceria com a área municipal da Educação, estabelecer políticas de combate à violência nas escolas.
11. Atuar em parceria com os Conselhos Tutelares na proteção das crianças e apoiar os programas de sócio-educação para adolescentes em meio aberto.
12. Capacitar os guardas para ministrarem cursos de noções de segurança e prevenção ao uso de drogas na rede municipal de educação.
13. Participar de ações conjuntas com os órgãos municipais, no exercício de suas atribuições de fiscalização e atuação no espaço urbano: terrenos, bares, venda de drogas lícitas a menores, poluição sonora, ambiental, entre outras.
14. Atuar para a celebração de convênios entre a Prefeitura e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), para a realização de cursos e aquisição de material.
15. Desenvolver estratégia de prevenção e enfrentamento ao assalto a ônibus, com a utilização de câmeras, botão de pânico e acompanhamento das ocorrências pela GMA.
16. Estabelecer convênio com a SSP/SE para compartilhamento de todas as câmeras daquela Secretaria e da Prefeitura, estimulando intercâmbio de informações.

17. Firmar convênio com o setor empresarial para monitoramento dos centros comerciais e seus estabelecimentos com câmeras e botão de pânico, em contato direto com a Guarda Municipal.
18. Participar do projeto **Aracaju Iluminada e Monitorada**, que consiste em um sistema de telegestão que realiza monitoramento remoto e em tempo real do sistema de iluminação da cidade, agilizando reparos, customizando os níveis de iluminação, reduzindo o consumo e o custo de manutenção; e expandir a plataforma de iluminação inteligente para utilizar tecnologias de sensoriamento que colem dados sobre movimento de tráfego e de pessoas, segurança pública e estacionamento, disponibilizando-os para os cidadãos e para os órgãos responsáveis pelas respectivas áreas.
19. Firmar parceria com o Conselho Comunitário da Execução Penal (CCEP) visando apoiar a ressocialização de apenados e de egressos do sistema prisional, sobretudo fomentando a reinserção no mercado de trabalho, visando combater a reincidência criminal.

Infraestrutura, Serviços Urbanos e Meio Ambiente

Diretrizes e ações propostas:

1. Elaborar o Plano Municipal de Resíduos Sólidos, com estudo de uma nova área para implantação do aterro sanitário de Aracaju, com vistas a reduzir a distância de transporte; avaliar a criação do consórcio de resíduos sólidos da região metropolitana, com as demais cidades da grande Aracaju.
2. Finalizar a elaboração do Plano Municipal de Saneamento e do Plano Municipal de Drenagem Urbana; analisar e discutir com o Governo do Estado a regularização do Contrato de Concessão com a Deso, estabelecendo metas de expansão do esgotamento até atingir a universalização deste serviço; estabelecer limites para recuperação da malha urbana danificada pelos serviços da Deso.
3. Finalizar as obras em andamento; construir e fortalecer parcerias com o governo estadual e com a União visando receber recursos para estas obras, quando for o caso.
4. Atualizar o Plano Habitacional em parceria com a CEF e o governo do Estado.
5. Iniciar de imediato um programa abrangente de manutenção dos pavimentos da cidade, priorizando o recapeamento das vias de transporte coletivo.
6. Atualmente não existe nenhum cemitério municipal que atenda aos requisitos ambientais, sendo urgente a adoção de medidas, inclusive considerando outro modelo como cemitérios verticais.
7. Implantar o projeto **Aracaju Iluminada e Monitorada**, que consiste em um sistema de telegestão que realiza monitoramento remoto e em tempo real do sistema de iluminação da cidade, agilizando reparos, customizando os níveis de iluminação, reduzindo o consumo e o custo de manutenção; e expandir a plataforma de iluminação inteligente para utilizar tecnologias de

sensoriamento que coletam dados sobre movimento de tráfego e de pessoas, segurança pública e estacionamento, disponibilizando-os para os cidadãos e para os órgãos responsáveis pelas respectivas áreas.

8. Retomar a limpeza e desobstrução dos canais da cidade, abandonada pela atual gestão, através da ação conjunta da Emurb e Emsurb, sobretudo nos meses de novembro a fevereiro, antes do início do período das chuvas, evitando parte dos constantes alagamentos que têm ocorrido na cidade.
9. Retomar a recuperação das praças de Aracaju, que se encontram totalmente abandonadas, sem manutenção e conservação, sendo que em algumas delas a atual administração utilizou asfalto para repor o pavimento danificado.
10. Retomar o Projeto de **Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (RAUC)**, que se iniciou com a recuperação da Praça Fausto Cardoso, restauração do Palácio Olímpio Campos, recuperação da Praça Camerino, restauração do Museu da Gente Sergipana, restauração do antigo Prédio da Alfândega com a criação da Casa da Cultura, mas que foi descontinuado pela gestão atual, que se limitou a concluir o que estava em fase final, como a Casa da Cultura e a Praça Camerino.

Mobilidade Urbana

Diretrizes e ações propostas:

1. Garantir a prioridade dos atores, nessa ordem: pedestres, ciclistas, transporte público, transporte de carga, motocicletas e automóveis.
2. Recuperar as ciclovias implantadas nas gestões Déda/Edvaldo e abandonadas na gestão atual; integrar as atuais e implantar novas ciclovias; introduzir ciclofaixas onde for inviável a ciclovia; incentivar a utilização de equipamentos de segurança pelos ciclistas e o uso de sinalização nas bicicletas para evitar acidentes.
3. Garantir a caminhabilidade segura através de medidas como a exigência de calçadas adequadas e com acessibilidade; a priorização do pedestre nas travessias das ruas, fazendo valer o Artigo 70 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB; a ampliação da sinalização vertical e horizontal, com mais faixas e semáforos de pedestres.
4. Retomar o **Plano de Mobilidade Urbana** elaborado na gestão de Edvaldo Nogueira, com recursos a serem captados no PAC Mobilidade Urbana do Governo Federal, cujas principais ações são:
 - a) Implantação de uma rede de faixas compartilhadas (exclusivas para ônibus nos horários de pico), que permite alta capacidade e elevado nível de serviço, alimentado de forma totalmente integrada física, operacional e tarifariamente, inclusive através da proposição de tarifas especiais e da implantação de facilidades para estacionamento de automóveis e bicicletas e de melhorias nos acessos às estações do sistema, tendo como finalidade principal o estímulo a sua utilização.
 - b) Integração dos sistemas de transporte municipal e intermunicipal física, operacional e tarifariamente, criando incentivos para elevar a participação do sistema de transporte

coletivo na matriz metropolitana de transportes, nos termos da Lei Complementar 266/2015 que cria o Consórcio de Transportes da Região Metropolitana de Aracaju.

- c) Adoção de medidas que permitam garantir o cumprimento da programação operacional do sistema e o repasse das informações em tempo real para os agentes envolvidos, obtidas a partir do rastreamento dos veículos (GPS) e possibilitando a instalação de painéis de sinalização nos principais pontos de ônibus da cidade, além da disponibilização via Internet e dispositivos móveis.
- d) Implantação de tratamento preferencial para ônibus nos principais corredores da cidade.
- e) Implantação de semáforos inteligentes nos pontos mais críticos da cidade.
- f) Implantação de Centro de Controle Operacional na SMTT, incluindo a Central de Operações de Controle SemafORIZADO para as interseções dos corredores e da área central, a Central de Controle Operacional do Sistema de Transporte Coletivo e a Central de Informações para os usuários do serviço.
- g) Construção de Terminal de Integração no Orlando Dantas e do novo Terminal de Integração do Mercado e reforma dos terminais DIA e Zona Sul.
- h) Implantação de 150 abrigos ao longo dos principais corredores de trânsito.
- i) Implantação de programas de **Carona Solidária**.
- j) Licitação do serviço de transporte coletivo público por ônibus, cujo edital foi elaborado na gestão de Edvaldo Nogueira, agora considerando o disposto na Lei Complementar 266/2015 que cria o Consórcio de Transportes da Região Metropolitana de Aracaju.

- k) Implantação da integração temporal no transporte coletivo, permitindo a troca de linhas de ônibus sem precisar ir até um terminal.
 - l) Considerar a rede de transporte como elemento indutor do crescimento, priorizando o adensamento populacional e a localização de equipamentos coletivos no seu entorno.
 - m) Implantação de estacionamento na região do Mercado Municipal, com oferta de transporte circular para o centro da cidade utilizando micro-ônibus.
5. A partir de estudos prévios de viabilidade econômico-financeira, implantar rede de transporte fluvial nos rios Sergipe, Poxim, do Sal e Riacho Cabral, com conexão com o atual sistema de transporte por ônibus.

Cidade inteligente, humana e criativa

Diretrizes e ações propostas:

1. Projeto **Aracaju Conectada**: instalar wi-fi free (acesso gratuito) nas principais praças da cidade, nos parques, nos mercados e nas orlas.
2. Projeto **Aracaju na Palma da Mão**: aderir à rede Colab.re que permite a interação do cidadão com a administração municipal através de computadores e de dispositivos móveis.
3. Projeto **Busão Conectado**: implantar sistema de rastreamento de todos os veículos do transporte coletivo, otimizando o gerenciamento do sistema de transporte pela SMTT e permitindo que o cidadão, através de um app, saiba os horários em que os ônibus passarão nos pontos.
4. Projeto **Aracaju Iluminada e Monitorada**: implantar sistema de telegestão que realize monitoramento remoto e em tempo real do sistema de iluminação da cidade, agilizando reparos, customizando os níveis de iluminação, reduzindo o consumo e o custo de manutenção; e expandir a plataforma de iluminação inteligente para utilizar tecnologias de sensoriamento que colem dados sobre movimento de tráfego e de pessoas, segurança pública e estacionamento, disponibilizando-os para os cidadãos e para os órgãos responsáveis pelas respectivas áreas.
5. Projeto **Trânsito Leve**: implantar projeto piloto de minicarros elétricos compartilhados (*car sharing*) no centro da cidade e na Orla de Atalaia, em parceria com a iniciativa privada.
6. Aderir à **Rede Cidades Criativas da UNESCO**, visando compartilhar experiências e criar novas oportunidades para si e para as outras em uma plataforma global, que permite o acesso ao know-how,

informações e experiências para todas as cidades membros, como um meio para promover o desenvolvimento das indústrias culturais locais e o reconhecimento das cidades membros no mundo inteiro..

7. Através da atuação direta da Fundat em parceria com Sebrae-SE e entidades representativas dos respectivos setores, fomentar negócios relacionados com a **economia criativa** em segmentos como arquitetura, design, artes, moda, cinema, audiovisual, literatura, fotografia, artes cênicas, música, gastronomia, tecnologia da informação (ênfase em *startups*) e publicidade.

Assistência Social e Direitos Humanos

Diretrizes e ações propostas:

1. Instituir, por meio de lei municipal, o Sistema Municipal de Assistência de Aracaju reorganizando a estrutura do órgão gestor, adequando à legislação federal.
2. Ampliar o atendimento às famílias com a implantação de dois novos Centros de Referência de Assistência Social (CREA), para atuar com prioridade as famílias em situações de extrema pobreza.
3. Implantar dois CREAs, sendo um no Santa Maria e outro no Coqueiral, para atender as situações de violência doméstica, medida socioeducativa em meio aberto, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e demais violações de direitos.
4. Implantar o **CadÚnico** (Cadastro Único do Governo Federal) móvel com equipe volante para atender os territórios com alto índice de violência, pobreza e de desproteção social, incluindo territórios de povos e comunidades tradicionais,

quilombolas, comunidades de terreiro, cigana, pescadores artesanais, família acampada, família de preso do sistema carcerário etc.

5. Implantar o **Projeto Integrar** com o Serviço de Proteção Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosos, onde equipes interdisciplinares prestarão apoio às famílias e cuidados diretamente a pessoas com deficiências e idosos com dificuldade de locomoção e em situação de isolamento, facilitando a dinâmica de atuação cotidiana das famílias, articulando tal serviço ao Centro DIA com a aquisição de duas vans adaptadas para inserção dos usuários nas ações socioeducativas.
6. Implantar o **Projeto Geração** baseado em espaços de convivência geracional e intergeracional, com ampliação da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças, Adolescentes, Jovens e Idosos em todos os bairros de Aracaju, fomentando ações intersetoriais com as áreas da Cultura, Esporte e Lazer e Educação, de forma a potencializar a oferta do serviço, buscando entender e atender o ser humano na sua integralidade.
7. Implantar o **Projeto Catavento** para potencializar as Ações Estratégicas de Erradicação do Trabalho Infantil, com medidas conjuntas com o Conselho Tutelar, Superintendência Regional do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, entre outros órgãos, diagnosticando a situação real no município objetivando: inserir as famílias nas ações de inclusão produtiva; inserir as crianças e adolescentes nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e realizar campanhas socioeducativas junto à sociedade sobre a gravidade da problemática do trabalho infantil para a vida das crianças, de forma a desnaturalizar a cultura desse trabalho.
8. Instituir o **Programa Jovem em Ação** destinado aos jovens de 15 a 30 anos, fomentando o conhecimento da juventude associado aos saberes e vivências das comunidades nas quais convivem, para elaboração de pequenos projetos de intervenção social e comunitária, considerando as seguintes estratégias: I — Educação e Formação, visa contribuir para a inclusão escolar e para a educação não formal, bem como para a formação e qualificação profissional; II — Empregabilidade e Empreendedorismo, visa contribuir para a promoção do emprego e empregabilidade, favorecendo a transição para o mercado de

trabalho; III — Meio Ambiente e Sustentabilidade, visa contribuir com a preservação e o desenvolvimento sustentável; IV — Cultura, Desporto e Lazer, visa apoiar a valorização do desporto e da produção cultural local; V — Violência e criminalidade, visa contribuir com a prevenção e o enfrentamento à violência; VI – Diversidade e Igualdade, visa apoiar a disseminação de uma cultura não discriminatória. Para a execução de cada projeto serão buscadas fontes de financiamento e parcerias.

9. Criação de **Centro de Atendimento Integral à Pessoa Idosa**, no qual os idosos passarão seis horas diárias durante os cinco dias úteis da semana, tendo cuidado e atendimento de equipe multidisciplinar (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados, fisioterapeutas, terapeuta ocupacional e educadores físicos).
10. Estabelecer parceria público-privada para criar condomínio para idosos com trinta casas, oferecendo todas as especificações e regras de acessibilidade e com oferta de serviços públicos que facilitem a convivência de idosos de forma autônoma e qualificada.
11. Modernizar a concessão dos Benefícios Eventuais através da criação do BEVAJU-Web, um sistema *online* que integrará os equipamentos, CRAs, CREAs e Órgão Gestor, para atender de forma imediata as demandas de cesta básica, ataúde, colchão, kit material de construção, auxílio moradia, entre outros benefícios, junto à população mais vulnerável do município, onde os profissionais de serviço social, munidos de dispositivo móvel (tablet), durante o momento das visitas domiciliares transmitirão, em tempo real, a situação das famílias para a coordenação central, dando agilidade à liberação do benefício.
12. Implantar o **Programa Família Acolhedora**, para atender, prioritariamente, crianças vítimas de violência doméstica e de abuso e exploração sexual.
13. Reorganizar o **Programa Acolher** com a reincorporação do serviço de abordagem social junto à população em situação de rua e ampliação do número de vagas na central de acolhimento para atender a demanda em trânsito do município.
14. Implantação da **Vigilância Socioassistencial**, apontando prioridades e estratégias para cada território, com utilização de sistema informatizado de

avaliação e monitoramento dos serviços ofertados, estabelecendo padrões e indicadores para medir a eficácia e a efetividade da política de Assistência Social no município.

15. Criação da **Escola Municipal do SUAS** para consolidação de um programa de educação permanente e continuada das equipes de profissionais em todos os níveis de formação e para os conselheiros municipais, construindo conjuntamente um Plano Municipal de Educação Permanente que inclua as demais áreas de atuação de forma intersetorial.
16. Realizar concurso público para ampliação de equipes de nível superior e médio que operacionaliza o SUAS.
17. Instituir a mesa de negociação entre a administração municipal e os servidores para implementação do plano de carreira, cargos e salários dos profissionais do SUAS.
18. Manter uma relação democrática de fortalecimento das instâncias de controle social, garantindo apoio técnico e financeiro e respeito às suas deliberações.
19. Elaborar diagnóstico socioassistencial e socioterritorial para implementar políticas públicas com recorte étnico-racial, cultural, de gênero e de orientação sexual, através de equipes interdisciplinares específicas.
20. Implantação de uma diretoria de **Direitos Humanos** para tratar da garantia de direitos ligados à igualdade racial, à população LGBTQI+, às comunidades, aos povos tradicionais, às crianças, aos adolescentes, e aos idosos, entre outros públicos.
21. Reestruturação do **Acessuas Trabalho** (Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho), estabelecendo um protocolo de integração entre assistência social e a política de trabalho, emprego e renda, para inserção prioritária do público usuário da política de assistência social no mercado de trabalho.

A Política Pública de Assistência Social enfrenta ainda vários desafios, apesar dos grandes avanços que conquistamos, por isso queremos **Mais Proteção Social Para Mais Pessoas**, garantindo inclusão social com cidadania.

Segurança Alimentar e Nutricional

Diretrizes e ações propostas:

1. Firmar parceria com a área da Educação para o monitoramento constante da merenda escolar (incluindo creches), referenciado pelos princípios da segurança alimentar e nutricional, levando aos alunos e alunas a ter acesso a uma alimentação de qualidade e que possa auxiliar no combate a doenças como diabetes, hipertensão, colesterol e obesidade que cada vez mais cedo acometem as crianças e adolescentes.
2. Sensibilizar pais e mães quanto à importância da Segurança Alimentar e Nutricional, com isso atendendo de forma integral à família.
3. Realizar palestras nas escolas públicas levando informações sobre o tema Segurança Alimentar e Nutricional e a efetiva inserção deste no conteúdo programático (Lei n. 11.947), valorizando a cultura alimentar local, respeitando a diversidade de opiniões, grupos populacionais e saberes de diferentes naturezas.
4. Estabelecer parcerias com as escolas privadas para debater sobre a importância da Segurança Alimentar no cotidiano, devido ao surgimento de doenças, cada vez mais precocemente, em crianças e jovens.
5. Orientar as equipes que compõem os CRAs, CREAs, Postos de Saúde, Creches, Escolas, Abrigos e também os Agentes de Saúde para encaminhar aos setores competentes qualquer situação de insegurança alimentar detectada nos equipamentos públicos, visto serem os locais de atendimento direto à população.
6. Orientar toda a administração municipal - direta e indireta - a encaminhar aos setores competentes qualquer situação de insegurança alimentar detectada nos equipamentos públicos.
7. Realizar diagnóstico nos bairros e comunidades para identificar jovens e famílias de baixa renda que possam ser inseridos em projetos de Segurança Alimentar com viés na inclusão produtiva, principalmente nas comunidades que possuam terrenos ou perfis de área rural.

8. Implantação de um Restaurante Popular.
9. Implantação de duas Cozinhas Comunitárias.
10. Firmar parcerias com instituições e organizações que têm relação com o tema, dentre elas SESC, EMDAGRO , CONAB, MDSA, Deptos de Agronomia e de Nutrição da UFS, UNIT, Organizações da Sociedade Civil e Conselhos afins.

Inclusão Produtiva e Geração de Emprego e Renda

Diretrizes e ações propostas:

1. Reestruturar a Fundat para que cumpra a função de conduzir a política de inclusão produtiva através de ações integradas com outros órgãos da administração municipal e com a seguinte missão: formação para o trabalho com o objetivo de inserir cidadãos no mercado de trabalho, assim como qualificação, especialização, atualização e aperfeiçoamento profissional de jovens e adultos.
2. Transformar a Fundat num importante agente de fomento da economia solidária em Aracaju, criando condições de emancipar economicamente importantes segmentos da sociedade como mulheres, jovens e trabalhadores da arte e da cultura.
3. Orientar a Fundat para que todos os seus programas e ações façam parte do conjunto de políticas públicas de inclusão da administração municipal.
4. Criar programa de qualificação profissional de acordo com as demandas das comunidades.
5. Promover a qualificação e capacitação da mão-de-obra em bares, restaurantes, pousadas e hotéis em parceria com a área municipal do Turismo, o Senac, o Sebrae e entidades do trade turístico.
6. Mapear e reorganizar as unidades produtivas para que virem referência para as comunidades nas quais estão inseridas.
7. Promover iniciativas de fomento ao desenvolvimento local com ações como a capacitação de microempreendedores individuais e micro e pequenos empresários em programas de gestão, bem como a formação de mão de obra nas localidades.

8. Dotar as atuais unidades produtivas com capacidade técnica para que possam evoluir para núcleos incubadores de empreendimentos e de cooperativas, como espaços de assistência, capacitação e desenvolvimento de tecnologias sociais assistidas.
9. Transformar a Casa do Empreendedor num espaço focado na formação e apoio técnico à formalização na condição de Microempreendedor Individual (MEI).
10. Criar o **Programa Municipal de Comércio Justo e Solidário**, que buscará, dentre outras ações:
 - a. Articular locais e iniciativas que promovam a realização de eventos de comércio justo e solidário.
 - b. Estimular e fomentar o surgimento de feiras locais e temáticas em espaços públicos da cidade.
11. Apoiar o micro e pequeno empresário na articulação de redes em suas comunidades, estimulando trocas de experiência e novas relações econômicas locais.
12. Resgatar o projeto **Trabalho Cidadão** como política de regularização do comércio ambulante da cidade, sobretudo nos espaços com potencial turístico.
13. Requalificar, reequipar e ampliar parcerias do **CredPovo** para que volte a assumir a tarefa de orientação e intermediação de microcrédito produtivo orientado.
14. Em parceria com a área da Assistência Social, participar da reestruturação do **Acessuas Trabalho** (Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho), promovendo oportunidades de inclusão produtiva a partir da formação inicial, da qualificação técnico-profissional, da intermediação pública de mão-de-obra, do apoio ao microempreendedor individual e à economia solidária.
15. Criar o marco legal de economia solidária para o município.
16. Dotar uma das unidades produtivas da Fundat de estrutura e expertise para que seja um centro incubador de negócios na área de economia criativa, em segmentos como arquitetura, design, artes, moda, audiovisual e demais linguagens da cultura, além de gastronomia e tecnologia da informação, em total sintonia com o programa **Aracaju, cidade inteligente, humana e criativa**.

17. Firmar parcerias com instituições e organizações que têm relação com o tema, dentre elas o Governo Federal, Governo Estadual, Sebrae-SE, Senac, Sesc, Senai, Sesi, UFS, UNIT, Conselho de Jovens Empreendedores, BNB, Banese, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES e entidades representativas do setor empresarial.

Desenvolvimento econômico

Diretrizes e ações propostas:

1. Estabelecer parceria com as entidades que compõem o Fórum Empresarial de Sergipe visando identificar gargalos e dificuldades a serem atacados para melhorar significativamente o ambiente de negócios de Aracaju.
2. Viabilizar um conjunto de intervenções urbanísticas, medidas e incentivos (inclusive de natureza fiscal, a serem concedidos a empresas que se instalem ou que estejam ali instaladas), objetivando a revitalização e o fortalecimento do comércio no centro da cidade.
3. Apoiar a Fundat no fomento a negócios relacionados com a **economia criativa** em segmentos como arquitetura, design, artes, moda, cinema, audiovisual, literatura, fotografia, artes cênicas, música, gastronomia, tecnologia da informação (ênfase em *startups*) e publicidade.
4. Implantar política de uso do poder de compra para ampliar a participação de empresas sergipanas como fornecedoras da administração municipal.
5. Ampliar os benefícios concedidos às micro e pequenas empresas previstos para as administrações municipais na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, com ênfase na simplificação de procedimentos visando facilitar a abertura, a operação e o encerramento de empresas, preferencialmente através da Internet.
6. Reativar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, criado em 2012 na gestão de Edvaldo Nogueira e desativado na gestão seguinte.
7. Fomentar a obtenção de incentivos fiscais da Sudene pelas empresas sediadas em Aracaju e utilizar esse mecanismo para atrair novos investimentos privados.
8. Criar o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, de caráter consultivo, formado por representantes da administração municipal, das instituições de ensino e pesquisa e do setor produtivo, a quem caberá construir e acompanhar a agenda municipal de CT&I.

9. Estabelecer parceria permanente entre a Fundat e as entidades representativas do setor empresarial, visando adequar a oferta/demanda de mão de obra e os programas de capacitação às necessidades das empresas.
10. Fomentar a implantação de um pólo logístico em Aracaju, inclusive identificando possíveis áreas ociosas e adequadas na cidade.

Turismo

Diretrizes e ações propostas:

1. Criar o Conselho Municipal do Turismo, com participação da administração municipal, de entidades representativas do setor, do Sebrae e de outras organizações afins, cuja primeira atividade será coordenar a elaboração do Plano Estratégico do Turismo de Aracaju.
2. Avaliar a criação do Fundo Municipal do Turismo, para o qual será destinado 1% do ISS arrecadado de todas as empresas do setor, a ser aplicado exclusivamente em projetos aprovados pelo Conselho Municipal do Turismo.
3. Elaborar o Calendário Anual de Eventos da cidade, garantindo previsibilidade e facilitando a atração de turistas.
 - a. Em parceria com a Abrasel e o Aracaju Convention & Visitors Bureau (AC&VB), ampliar os eventos gastronômicos, contemplando, além dos restaurantes tradicionais, os pólos regionais como os botecos do Inácio Barbosa, os bares de praia e os bares e restaurantes do Mosqueiro.
 - b. Em parceria com a Funcaju, resgatar o Projeto Verão e o Reveillon da Cidade, eventos importantíssimos para a alta temporada do turismo.
 - c. Em parceria com a Funcaju, com a Secretaria Municipal de Esportes, com as entidades do trade turístico, com a classe artística sergipana, com o trade turístico e com patrocinadores privados, promover eventos - permanentes e temporários - para a Orla de Atalaia, Orla do Bairro Industrial, Orla Pôr do Sol, Parque da Sementeira, Parque da Cidade e Centro Histórico.
 - d. Resgatar a Orquestra Sanfônica de Aracaju e firmar parceria com a Orquestra Sinfônica de Sergipe para incluir ambas nos eventos que serão criados.

5. Ampliar a parceria com o trade turístico e com o governo do Estado para a promoção do destino (caravanas, fan press, visitas de blogueiros etc), compartilhando os investimentos e dando ênfase nas mídias sociais.

6. Em parceria com o governo do Estado e com o Aracaju Convention & Visitors Bureau, retomar ações efetivas de captação de eventos científicos, esportivos etc, tendo em vista a reabertura do Centro de Convenções reformado e ampliado.

7. Promover a qualificação e capacitação da mão-de-obra em bares, restaurantes, pousadas e hotéis em parceria com a Fundat, o Senac, empresas de consultoria e entidades do trade turístico.

8. Propor, em parceria com empresas de receptivo turístico e com o sindicato dos Guias de Turismo, a criação de novos roteiros (fluviais, ciclísticos e rodoviários), diurnos e noturnos, capazes de diversificar a oferta existente e promover a integração de Aracaju com os municípios vizinhos de Barra dos Coqueiros, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras e São Cristóvão, inclusive com a possibilidade de utilização das embarcações "tototós", conforme projeto Trilhas Urbanas em Aracaju/UFS.

9. Firmar parceria com o curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e os cursos técnicos do Instituto Federal de Sergipe (IFS) para elaboração de Inventário da Oferta e Análise da Demanda Turística de Aracaju, dentre outros estudos.

10. Promover parceria com o IPHAN e órgão estadual equivalente a fim de formular e legalizar ações municipais de proteção ao patrimônio cultural material (tombamento) e imaterial (salvaguarda) da capital, visando valorizar tradições e acervo arquitetônico histórico ainda existente no centro da capital.

Planejamento, Gestão e Participação

Diretrizes e ações propostas:

1. Fortalecimento dos canais de participação popular (conselhos, comitês e fóruns) e utilização da Internet - projeto **Aracaju na Palma da Mão** - para aumentar a interação entre o cidadão e a administração municipal, potencializando a gestão participativa e aumentando o protagonismo do cidadão enquanto agente apto a atuar na formulação e no acompanhamento de políticas públicas.
2. Adoção de um **Plano de Metas**, com alcance de 4 anos, contendo objetivos previstos para todas as áreas da gestão, metas e prazos, a partir de processos de planejamento participativo, monitoramento e avaliação da gestão.
3. Garantir o cumprimento das leis de transparência, dando publicidade e permitindo fácil acesso através da Internet a **todos os atos e dados** da gestão.
4. Promover a unificação da divisão territorial da cidade, a ser utilizada por todas as áreas da gestão.
5. Promover a **integração das políticas setoriais**, com revisão e fortalecimento da estrutura administrativa do governo, dos processos e métodos de gestão, buscando racionalidade administrativa, descentralização de responsabilidades e integração das políticas setoriais, subordinadas às diretrizes políticas comuns a toda a gestão.
6. Valorizar o servidor público municipal, com ênfase na educação continuada e no desenvolvimento de competências para o atendimento e a prestação de serviços com qualidade junto à população.

7. Criar estrutura administrativa para promover a captação de recursos financeiros e humanos, estreitando relações com organismos internacionais que trabalham com financiamentos e doações; explorar oportunidades de doações para projetos inovadores (Banco Mundial, BID e todo Sistema ONU e agências de cooperação internacionais de diversos países); mapear prêmios nacionais e internacionais que possam aumentar a visibilidade nacional e global de Aracaju; mapear oportunidades de acesso a recursos federais, sempre avaliando sua relação custo/benefício.
8. Capacitar as diversas áreas da administração pública na elaboração de projetos para a captação de recursos junto a organismos nacionais e internacionais.
9. Estabelecer parcerias com as instituições de ensino e pesquisa do Estado para realização de estudos e elaboração de projetos de interesse da cidade.
10. Intensificar o uso da Tecnologia da Informação como instrumento efetivo de gestão, adotando a abordagem de gerenciamento de processos de negócio, com ênfase na integração entre as diversas áreas de governo e na adoção do Cadastro Único do Cidadão.
11. Implantar banco de boas práticas, instrumento de registro sistemático e de divulgação, interna e externa, das melhores praticas realizadas por servidores, equipes e órgãos municipais.

Cultura

Diretrizes e ações propostas:

1. Aderir ao Sistema Nacional de Cultura.
2. Reestruturar a Funcaju, devolvendo à Fundação o protagonismo na elaboração e execução das políticas públicas para o setor, com dotação orçamentária, estrutura física e corpo funcional compatíveis com as suas necessidades.
3. Criar o Conselho Municipal de Política Cultural, com participação de trabalhadores(as) dos mais diversos setores culturais, da juventude, representantes do poder público, da sociedade civil e da educação básica e universitária, como espaço de formulação, fiscalização e monitoramento das políticas públicas da área.
4. Instalar o processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura, respeitando as identidades, especificidades e peculiaridades de cada região da cidade, ao mesmo tempo em que busque integrá-las num projeto articulado de Cultura.
5. Criar o Fundo Municipal de Cultura.
6. Realizar levantamento detalhado da ação cultural do município (Sistema de Informações Culturais), que leve em conta o processo histórico na formação da cidade (etnias, nacionalidades, conformação urbana etc), as condições ambientais, as tradições populares, os equipamentos disponíveis e os grupos organizados das mais variadas manifestações.
7. Elaborar calendário cultural, com atividades públicas, gratuitas e sistemáticas, envolvendo as diferentes linguagens artísticas e culturais, utilizando o critério da descentralização territorial para desenvolvimento das atividades.
8. Promover a qualificação do corpo técnico das unidades de Cultura da PMA e de servidores que trabalhem com projetos da área.
9. Ampliar os investimentos nas bibliotecas municipais e reativar a Marinete do Saber como modalidade de biblioteca itinerante. Essas ações estarão intercaladas dentro da política do livro e da leitura, buscando redimensionar o papel das bibliotecas, tornando-as mini-centros de Cultura para as comunidades do seu entorno.

10. Promover a Bienal do Livro de Aracaju, como evento que evidencie a prática da leitura e da produção literária da cidade.
11. Transformar o Centro Cultural de Aracaju num pólo aglutinador e dinamizador das várias expressões da Cultura local, com uma programação que se integre com a Praça General Valadão e com o Centro Histórico de Aracaju.
12. Retomar as atividades do Núcleo de Produção Digital Orlando Vieira, com ampliação dos investimentos financeiros e do seu corpo funcional.
13. Implantar política de editais para o estímulo e o fomento das manifestações artísticas de todas as linguagens da Cultura, permitindo o acesso transparente e democrático aos recursos públicos.
14. Retomar o **Projeto Verão**, como evento cultural e turístico de visibilidade para Aracaju, com espaço para todas as linguagens artísticas e culturais, garantindo a valorização dos artistas locais na programação, e com previsão de edital para, no mínimo, 60% das atrações definidas.
15. Retomar o projeto **Arte em Toda Parte**, como projeto de integração das linguagens da Cultura, trabalhando a formação através de ferramentas de Cultura, sobretudo para crianças e a juventude dos bairros mais carentes da cidade.
16. Implantar o projeto **A Orla é Nossa**, que consistirá em domingos de Cultura e esporte nas três orlas da cidade (Atalaia, Pôr do Sol e Bairro Industrial), como um trabalho integrado de vários órgãos da administração, respeitando a especificidade de cada local, a produção cultural e as identidades de cada lugar.
17. Resgatar a **Orquestra Sanfônica de Aracaju**.

Fontes de financiamento e parcerias:

- a) Ministério da Cultura - programas que visam apoiar Estados e Municípios na formatação das ferramentas dos Sistemas de Cultura.
- b) BNDES, Caixa, Banco do Brasil - participação em editais para programas menores, de estímulo a linguagens da cultura.
- c) BNDES - estímulo, incentivo e apoio a programas na área de Economia Criativa. Neste ponto, ações podem estar inseridas no programa **Aracaju Cidade Inteligente, Humana e Criativa**.

- d) Parcerias com o Sistema S, sobretudo com Sesc, que possui amplo programa de ações na área da Cultura.
- e) Sebrae-SE - apoio em programas e projetos na área de empreendedorismo cultural, formação e capacitação.
- f) Prospecção de linhas de financiamento em organismos internacionais, com foco em direitos humanos, direitos culturais e diversidade.

Políticas para as Mulheres

Diretrizes e ações propostas:

1. Ampliar o programa de proteção e assistência às vítimas de violência
2. Prioridade para vagas de mulheres nos cursos profissionalizantes de qualificação profissional
3. Ampliação da cobertura de crianças em idade pré-escolar na rede pública
4. Estímulo ao exercício da cidadania e participação social nos conselhos e fóruns em defesa dos direitos da mulher e do desenvolvimento da cidade.
5. Programa de alfabetização e estímulo ao aperfeiçoamento profissional e as atividades artísticas culturais.
6. Prioridade para a mulher chefe de família no estabelecimento dos contratos dos programas habitacionais
7. Fortalecimento do programa de prevenção a gravidez precoce, câncer do colo do útero e mama.
8. Fortalecimento dos programas de proteção a gravidez saudável, incentivo a amamentação e controle da saúde do recém-nascido.
9. Enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes
10. Promover o acesso das mães a gestão democrático do ensino, compartilhando a responsabilidade com o poder municipal.
11. Promover ações de combate a discriminação da mulher negra.

Juventude, Esporte e Lazer

Diretrizes e ações:

1. Promover a inserção e ampliar a participação nos seguintes programas e ações do Governo Federal:

a) CENTRO DE INICIAÇÃO AO ESPORTE

Meta: Implantação de pelo menos dois equipamentos

O objetivo dos Centros de Iniciação ao Esporte é ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras. O Ministério do Esporte desenvolveu a concepção do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

b) PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Implantado em parceria com o Ministério do Esporte com intuito de promover a inclusão social por meio de atividades físicas, é um programa destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. São oferecidas práticas esportivas

educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral.

c) PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

Criado em 2003, o PELC, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas portadoras de deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorece a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos.

d) BOLSA ATLETA

O Bolsa-Atleta atende atletas que tenham obtido bons resultados independentemente de sua condição econômica e sem necessidade de intermediários. Basta que cumpra os requisitos, mantenha-se treinando e competindo e alcance bons resultados nas competições qualificatórias indicadas pelas respectivas confederações. A principal prestação de contas do atleta ao governo e à sociedade é a obtenção de resultados expressivos nas disputas.

2. Resgate dos grandes eventos realizados pela Prefeitura de Aracaju nas gestões de Déda e de Edvaldo:

a) PROJETO VERÃO

O Projeto proporcionou, ao longo dos anos em que foi realizado, a integração de diversos bairros da cidade de Aracaju, através das diversas modalidades esportivas, como: futvôlei, vôlei 4x4, beach soccer, handbol, natação, triatlon, surf, body-board, skate, ciclismo, capoeira, jiu-jitsu, karatê, xadrez), além de atividades para pessoas com deficiência e ginástica na praia com a participação de diversas academias na cidade.

b) **VOLTA CICLISTICA DE ARACAJU**

É preciso promover o resgate dessa competição que era realizada dentro das comemorações do aniversário de Aracaju como prova válida para o ranking nacional, contando com a participação de vários ciclistas de outros estados.

c) **TORNEIOS DE BAIROS**

Em 2003, numa ação pioneira, foram desenvolvidos torneios em diversas modalidades, envolvendo os bairros da capital. Esta é uma forma de democratizar o acesso ao esporte, incluir cada vez mais a comunidade e ampliar a participação popular no processo de construção das competições.

3. Ampliar a os espaços e equipamentos e melhorar a infraestrutura esportiva de Aracaju.
4. Estabelecer ações conjuntas com outros órgãos da administração municipal visando:
 - a) Ampliar a captação de eventos esportivos de grande porte (regionais, nacionais e internacionais), numa política articulada com a Secretaria de Turismo.
 - b) Expandir o projeto **Academia da Cidade** - hoje gerido pela Secretaria de Saúde e que passará a ter gestão integrada com a Secretaria de Esporte e Lazer - para diversos bairros da cidade e categorizado, de acordo com as especificidades de cada região (exemplo: Academia da Cidade da Orla Pôr do Sol ser específica de esportes aquáticos; Academia da Cidade do Bairro Industrial ser de skate e outros esportes mais urbanos etc).
 - c) Firmar parceria com o Governo do Estado para utilização do Morro do Urubu como espaço turístico para a prática de trilhas, construindo um programa de formação de guias com jovens da região, numa ação conjunta com a Secretaria de Turismo.

5. Instalar, em áreas de interesse social, **Academias Abertas**, com acesso livre da população e profissionais à disposição para prestar orientações aos usuários. (No Bairro Santa Maria existe um exemplo desse modelo implementado pela própria comunidade).
6. Adotar a prática transparente e democrática de **editais públicos** para atender a crescente demanda por apoio a eventos esportivos realizados pelas comunidades.
7. Transformar Aracaju na **Capital dos Esportes Náuticos**, tirando proveito do potencial da cidade para exploração da prática de esportes náuticos. Aracaju é margeada pelos rios Sergipe e Vaza Barris, oferecendo um exuberante cenário de estuários. São quase 35 quilômetros de litoral com praias de águas mornas e rasas e de areias planas e firmes, perfeitas para caminhadas e prática de esportes. Sem obstáculos e com ventos constantes, o litoral de Aracaju ainda é subutilizado para a prática de esportes na areia e náuticos. Nossa cidade tem demonstrado grande potencial para competições de pesca e já começa a ser confirmada a real possibilidade de entrarmos no roteiro brasileiro de mergulho autônomo.
8. Captar recursos através da lei de incentivo ao esporte e junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).
9. Avaliar a criação de lei de incentivo e fundo municipal como instrumentos de democratização do acesso ao esporte e ao lazer.

Políticas de Direitos

Diretrizes e ações propostas:

1. Implantar o Sistema Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com o Conselho Municipal correlato e a tradução na gestão municipal das diretrizes do Estatuto da Igualdade Racial, criando no âmbito da gestão municipal um organismo que articule todas as políticas com o recorte étnico-racial.
2. Assegurar que a Guarda Municipal atuará sob uma concepção de segurança baseada na prevenção, na parceria com o cidadão, na proteção generalizada, sem que os jovens negros sejam considerados suspeitos por causa da sua condição étnica.
3. Valorização dos mestres de capoeira e dos sacerdotes e sacerdotisas das religiões de matriz africana, viabilizando mecanismos de proteção jurídica, previdenciária e histórica.
4. Reconhecer os territórios e templos sagrados das religiões de matriz africanas como patrimônio imaterial da cidade de Aracaju e adoção de medidas para protegê-los de todas as formas de deteriorização.
5. Adotar todas as medidas para democratizar o currículo da Rede Municipal de Ensino com base na LDB e na Lei Nº 10.639 que determina a inclusão dos conteúdos da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo da Educação Básica.
6. Adotar medidas para implantação da política de saúde da população negra de forma a prevenir e tratar as doenças que mais a acomete, a exemplo da anemia falciforme, pressão alta, infarto, dentre outras.
7. Instituir mecanismos de registros de cor/raça/etnia em todos os formulários dos serviços de políticas públicas municipais para identificar o perfil dos

usuários e a adoção de medidas direcionadas às demandas dos segmentos populacionais.

8. Instituir programa universal (que não seja projeto piloto e localizado) direcionado à juventude negra e periférica, articulando as políticas de educação, cultura e artes, esporte e lazer como forma de enfrentamento à violência, ao uso de álcool e de outras drogas, promovendo o seu desenvolvimento saudável e harmônico.
9. Articular as políticas públicas para reconhecimento, valorização, preservação e promoção do território quilombola Maloca, registrada como a segunda comunidade quilombola urbana reconhecida pelo Governo Federal.
10. Instituir programa de fortalecimento institucional das entidades e organizações comunitárias e de combate ao racismo, reconhecendo-as como integrantes do Sistema Municipal de Promoção da Igualdade Racial.
11. Garantir no conjunto das políticas públicas, o acesso aos direitos, serviços e benefícios à população, sem preconceitos e discriminações de qualquer natureza política, social, religiosa, étnica, sexual e gênero